

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

**CONCURSO PÚBLICO**

# **ANALISTA EDUCACIONAL – NUTRICIONISTA**

## **CADERNO DE QUESTÕES**

**21/06/2026**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>QUESTÕES</b>
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislação aplicada ao Setor Público	11 a 20
Políticas e Legislação Educacional	21 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 50
Prova Discursiva	-

**SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO**

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES**

**Atenção:** Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

**Como as estações, também vivemos mudanças.**

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva é composta por 1 (uma) questão sobre o conteúdo programático previsto para os conhecimentos específicos do cargo e deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

**LÍNGUA PORTUGUESA****Questões de 01 a 10**

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 03**.

**Texto 1**

Todas as vezes em que se fala sobre a incrível capacidade humana de dominar a natureza – com os elogios de praxe à nossa inventividade e poderio e, mais ainda, o orgulho de uma racionalidade que se aproxima da petulância – Benauro Roberto de Oliveira, um paulista estudioso da história natural e social –, conta e reconta em suas competentes e concorridas aulas uma das lendárias manifestações que cercam a personalidade de Jacques-Yves Cousteau, o francês que se tornou o maior dos oceanógrafos do século 20.

Dizem que um jovem jornalista entrevistava Cousteau sobre o nosso temor aos tubarões e desejava saber quais as chances de um de nós escapar no enfrentamento direto com um desses estupendos animais. O cientista respondeu que as probabilidades de sair ileso eram nulas. O jornalista não se satisfaz e perguntou, em sequência, se o tubarão atacaria se já estivesse alimentado, se fosse de noite, se estivéssemos numa jaula, se fôssemos muitos, se carregássemos um arpão, se entregássemos alguma isca etc.; a cada pergunta, a resposta de Cousteau era a mesma: o bicho atacará de qualquer modo. Irritado, o jovem bradou: mas isso não tem lógica! Com paciência, o genial pesquisador dos mares retrucou: Tem sim, mas é a lógica do tubarão...

É preciso lembrar insistentemente a sabedoria emanada dos muitos modos como a vida se expressa no planeta no qual habitamos (e que muitos preferem chamar de “nosso” planeta, com uma dissimulada satisfação de dono): não somos proprietários, e sim usuários compartilhantes. Podemos, em alguns momentos da nossa história, imaginar que controlamos, dominamos e possuímos sem restrições tudo que nesta terra está, com uma ilusão fugaz de invulnerável soberania [...].

CORTELLA, M. S. *Não espere pelo Epiáfio!*: Provações filosóficas. 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes Nobilis, 2014, p. 31.

**QUESTÃO 01**

No trecho, “É preciso lembrar insistentemente a sabedoria emanada dos muitos modos como a vida se expressa no planeta no qual habitamos [...]”, a expressão em destaque

- (A) pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por “em cujo”, na medida em que indica posse (“em nosso planeta”).
- (B) tem valor pronominal, uma vez que opera, na oração, substituição ao sujeito “planeta”, que lhe antecede.
- (C) pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, tanto por “em que”, quanto por “que”, diante da bitransitividade do verbo “habitar”.
- (D) se trata de uma preposição, cuja função sintática é a de estabelecer a devida regência dos termos da oração.

**QUESTÃO 02**

A crase é um fenômeno linguístico que marca, por meio do acento grave, uma fusão de vogais idênticas e contíguas (a + a = à). Em geral, trata-se de uma relação de regência que demanda uma preposição a + o artigo definido feminino a, podendo ocorrer também, no entanto, com pronomes demonstrativos (*àquele, àquela, àquilo*) e, ainda, com pronomes relativos (*à qual, às quais*). A respeito do caso de sua ocorrência no trecho “Todas as vezes em que se fala sobre a incrível capacidade humana de dominar a natureza – com os elogios de praxe à nossa inventividade e poderio e, mais ainda, o orgulho de uma racionalidade que se aproxima da petulância [...]”, e em observância às regras de uso obrigatório e facultativo, a crase, nesse caso, é

- (A) obrigatória, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome demonstrativo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (B) facultativa, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome demonstrativo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (C) facultativa, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome possessivo adjetivo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (D) obrigatória, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome possessivo adjetivo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.

**QUESTÃO 03**

O modo de organização do discurso e a natureza do raciocínio empreendido pelo filósofo Mário Sérgio Cortella, valendo-se da voz do estudioso Benauro Robert de Oliveira diante da experiência vivida por Jacques-Yves Cousteau, consistem em um raciocínio

- (A) argumentativo, com a intenção de estabelecer, pela narrativa apresentada, uma inferência analógica entre o caso relatado e a realidade de modo geral.
- (B) narrativo, com a intenção de estabelecer um relato, para fins estéticos, sobre a experiência contada pelo estudioso Benauro Robert de Oliveira.
- (C) descritivo, na medida em que o autor descreve a experiência vivida pelo oceanógrafo Jacques-Yves Cousteau, na voz de Benauro Robert de Oliveira.
- (D) explicativo, na medida em que o autor assevera, a partir de relato informativo, a necessidade de o leitor repensar as formas de compreensão da vida.

Leia o **Texto 2** para responder às questões de **04 a 06**.

### Texto 2

Becos da minha terra...  
 Amo tua paisagem triste, ausente e suja.  
 Teu ar sombrio.  
 Tua velha umidade andrajosa.  
 Teu lodo negro, esverdeado, escorregadio.  
 E a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia,  
 e sementes polmes dourados no teu lixo pobre,  
 calçando de ouro a sandália velha, jogada no monturo.  
 Amo a prantina silenciosa do teu fio de água,  
 Descendo de quintais escusos sem pressa,  
 e se sumindo depressa na brecha de um velho cano.  
 Amo a avenca delicada que renasce  
 Na frincha de teus muros empenados,  
 e a plantinha desvalida de caule mole  
 que se defende, viceja e floresce  
 no agasalho de tua sombra úmida e calada [...]

Trecho do poema "Becos de Goiás" de Cora Coralina. In: CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. 23ª ed. São Paulo: Global, 2014, p. 92.

### QUESTÃO 04

No trecho do poema "Becos de Goiás", de Cora Coralina, o eu lírico descreve um cenário marcado por imagens de degradação — "*paisagem triste, ausente e suja*", "*velha umidade andrajosa*", "*lodo negro, esverdeado, escorregadio*", "*lixo pobre*". Ainda assim, a voz poética declara reiteradamente: "*Amo...*". Qual efeito de sentido característico da obra da autora é gerado pelo contraste?

- (A) O paradoxo é construído para mostrar que o eu lírico rejeita o cenário descrito, carregado de adjetivações e descrições negativas, e o emprego de verbo afetivo "*Amo...*" funciona, portanto, como recurso de ironia, desestabilizando a interpretação literal do poema.
- (B) O contraste destaca uma visão idealizada do passado, por lembranças fugidias e contrastivas de tempos remotos, em que o eu lírico transforma a miséria em símbolo de uma memória perdida, anulando qualquer dimensão realista da cena descrita.
- (C) O uso de imagens negativas frequentemente seguido da expressão de amor, como "*Amo...*", demonstra uma tentativa de ocultar aspectos socialmente problemáticos do ambiente, neutralizando o tom crítico da autora, uma vez que se trata de sua própria cidade natal.
- (D) A associação entre afeto e degradação reforça a relação paradoxal entre o eu lírico e o espaço, revelando que seu amor nasce de uma identificação profunda com a simplicidade e com a beleza marginal encontrada nos lugares humildes — marca recorrente da poética de Cora Coralina.

### QUESTÃO 05

Considere o verso "Amo tua paisagem triste, ausente e suja." Com base no emprego da conjunção destacada no trecho anterior, e observando as regras de pontuação da língua portuguesa, compreende-se que

- (A) o emprego de vírgula antes de "e" não ocorre, por se tratar de uma enumeração simples de adjetivos equivalentes, ligados a um mesmo termo ("paisagem"), caso em que a conjunção aditiva une elementos de mesma função sintática sem justificar pausa.
- (B) o emprego antes de "e" é obrigatório porque há três adjetivos; segundo a norma padrão, em enumerações com três ou mais termos, a conjunção deve ser precedida de vírgula de forma mandatória.
- (C) a ausência de vírgula antes de "e" configura desvio da norma, pois o último termo de qualquer enumeração deve ser isolado por vírgula, independentemente da classe de palavras envolvida.
- (D) o emprego de vírgula poderia ser utilizado antes de "e" para reforçar a intensidade expressiva da enumeração, uma vez que adjetivos de valor negativo exigem separação obrigatória por vírgula antes da conjunção.

### QUESTÃO 06

Considerando o trecho do poema de Cora Coralina — "*E a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia e sementes polmes dourados no teu lixo pobre, calçando de ouro a sandália velha, jogada no monturo*" —, as relações sintáticas entre as estruturas oracionais permitem perceber que

- (A) a forma "calçando de ouro a sandália velha" funciona como oração subordinada adverbial causal reduzida de gerúndio, pois indica a motivação pela qual se realizam as "semeaduras" do sol ao meio-dia.
- (B) a expressão "calçando de ouro a sandália velha" constitui oração subordinada adverbial modal reduzida de gerúndio, uma vez que especifica a maneira pela qual a réstia de sol recobre os elementos descritos.
- (C) o segmento "jogada no monturo" representa uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, modificando o valor do termo nominal "sol", ao qual se vincula semanticamente.
- (D) o verbo "desce" em "a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia" introduz oração subordinada substantiva objetiva direta, já que o termo "que" recupera um referente abstrato e exerce função de complemento verbal.

**QUESTÃO 07**

Um texto pode ser considerado como uma malha de tecido (não à toa, falamos de sua tessitura), cujas linhas estruturantes amarram o tecido de tal forma que o tornam um todo significante, uma unidade de sentido. Dito de outra maneira, falamos de

- (A) coesão e semântica, uma vez que todo texto que esteja bem articulado, independentemente de fazer ou não sentido para um determinado interlocutor, pode ser considerado um texto efetivo.
- (B) coesão e coerência, uma vez que o sentido organizado de um texto é atingido quando se garante, ao mesmo tempo, os fatores pragmáticos de significação e de articulação de um texto, respectivamente.
- (C) coesão e coerência, uma vez que a forma como se amarram as partes estruturantes de um texto (a coesão) é fundamental para garantir-lhe o sentido (a coerência).
- (D) coesão e semântica, uma vez que o sentido é sempre um resultado organizado, concatenado e transparente dos significados da língua como um sistema de signos diferenciais.

**QUESTÃO 08**

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 foi um projeto elaborado pelos países lusófonos com o objetivo de unificar a ortografia do português. Até então, Brasil e Portugal (além dos demais países africanos de língua portuguesa) seguiam regras diferentes de escrita, o que dificultava a produção editorial comum, a circulação de textos, o ensino e a padronização internacional da língua. O acordo foi assinado em 1990 pelos países membros da CPLP, mas enfrentou longos anos de debates e revisões até entrar efetivamente em vigor. No Brasil, sua implementação começou em 2009, tornando-se obrigatória a partir de 2016. Entre as mudanças mais conhecidas, compreende-se que passa a ser

- (A) obrigatório o uso de hífen quando o prefixo (ou falso prefixo) termina em vogal e o elemento seguinte começa pela consoante *r* ou *s*: ultra-som, anti-semíta, semi-reta, contra-regra etc.
- (B) facultativo o uso de hífen em locuções de qualquer tipo (nominais, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas, conjuncionais): café-da-manhã ou café da manhã, antes-de-ontem ou antes de ontem etc.
- (C) facultativo o uso de hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente ou consoante: auto-escola passa a se grafar autoescola, co-piloto passa a se grafar copiloto etc.
- (D) proibido o uso de hífen quando o prefixo (ou falso prefixo) termina em vogal e o elemento começa por *r* ou *s*, passando-se a dobrar a consoante do elemento seguinte: ultrassom, minissaia etc.

**QUESTÃO 09**

Em sua obra *Retórica*, Aristóteles discorre sobre os três gêneros oratórios (deliberativo, judicial e epidítico), cuja tipologia passa por critérios funcionais, tais como o assunto de que se fala, quem fala, para quem fala, de onde se fala, e o fim (a finalidade) para o qual se fala. Esses elementos foram recepcionados - e eventualmente atualizados - em teorias linguístico-textuais posteriores, contemporâneas, como aquelas que descrevem os sete fatores pragmáticos de textualidade: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, coesão e coerência. Considerando tais fatores, quais podemos destacar estarem já presentes no núcleo da proposta teórica aristotélica?

- (A) Intencionalidade, Informatividade, Coesão e Coerência.
- (B) Intencionalidade, Aceitabilidade, Situacionalidade, Informatividade.
- (C) Intencionalidade, Informatividade, Situacionalidade e Coesão.
- (D) Intencionalidade, Coerência, Coesão e Intertextualidade.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 10**

Leia o texto a seguir.



Coca-Cola, 2025. Publicidade veiculada em diferentes mídias.

A publicidade apresenta a imagem de uma garrafa de Coca-Cola de vidro acompanhada do texto: “Porque é mais difícil de abrir e tudo o que é mais difícil é mais gostoso.” Considerando estratégias argumentativas típicas da linguagem publicitária, o anúncio

- (A) recorre a um argumento baseado em crenças culturais compartilhadas, atribuindo valor positivo à dificuldade como elemento que aumenta o prazer, reforçando um efeito emocional de valorização do produto.
- (B) constrói seu apelo retórico e persuasivo por meio de um argumento lógico-dedutivo, apoiado na demonstração racional de que embalagens difíceis de abrir conservam melhor o sabor.
- (C) utiliza um argumento de autoridade implícito, já que atribui a superioridade do produto em questão à opinião abalizada de um especialista anônimo sobre embalagens de bebidas e sua capacidade de conservação do sabor.
- (D) fundamenta sua estratégia de convencimento na comparação objetiva entre garrafas de vidro e garrafas plásticas, oferecendo dados concretos e mensuráveis sobre sabor, temperatura e conservação.

**LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO**

Questões de 11 a 20

**QUESTÃO 11**

Nos termos do art. 37, V, da Constituição Federal de 1988 qual descrição corresponde ao critério constitucionalmente estabelecido para o preenchimento dos cargos em comissão e das funções de confiança na Administração Pública?

- (A) Os cargos em comissão destinam-se a atividades meramente técnicas e devem ser ocupados por servidores efetivos conforme critérios definidos em lei.
- (B) As funções de confiança são de livre nomeação e exoneração, destinadas a direção e assessoramento, e podem ser ocupadas por servidores públicos ou por profissionais externos.
- (C) Os cargos em comissão destinam-se a atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (D) As funções de confiança destinam-se a atividades técnicas especializadas e devem ser ocupadas por servidores aprovados em concurso específico para esse fim.

**QUESTÃO 12**

No direito administrativo brasileiro, a formação válida do ato administrativo depende da reunião de elementos estruturais previstos pela doutrina e acolhidos pela jurisprudência. Nessa perspectiva, corresponde a elemento essencial do ato administrativo a característica que

- (A) vincula a manifestação administrativa ao objetivo público estabelecido como finalidade do ato.
- (B) transforma a vontade administrativa em norma geral dotada de abstração e impessoalidade.
- (C) desloca a competência administrativa para órgão diverso mediante delegação automática.
- (D) converte o ato administrativo em contrato quando há participação de particulares interessados.

**QUESTÃO 13**

Os artigos 70 a 74 da Constituição Federal de 1988 disciplinam o sistema de controle interno e externo da Administração Pública, definindo competências, finalidades e interações entre os órgãos que o compõem. Considerando esse conjunto normativo, o exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública ocorre mediante estrutura que

- (A) concentra exclusivamente no Tribunal de Contas da União a função de orientar e fiscalizar todos os Poderes, sem participação de unidades internas de controle.
- (B) atribui ao Congresso Nacional o controle externo, com apoio técnico do Tribunal de Contas da União, mantendo unidades de controle interno em cada Poder.
- (C) delega aos sistemas de controle interno a competência para julgar contas de administradores, submetendo apenas relatórios informativos ao Congresso.
- (D) permite ao Tribunal de Contas da União a emissão de recomendações sem força coercitiva, sem competência para aplicação de sanções administrativas.

**QUESTÃO 14**

A elaboração do planejamento orçamentário governamental, estruturado nos instrumentos previstos nos artigos 165 a 169 da Constituição Federal de 1988, organiza-se em etapas interdependentes que condicionam a execução das políticas públicas. Nesse contexto, a compatibilidade entre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) resulta de processo em que

- (A) o PPA detalha os limites de empenho da LOA, substituindo a necessidade de definição anual de metas fiscais pela LDO.
- (B) a LDO orienta a LOA e deve observar as diretrizes do PPA, assegurando que programas e ações anuais estejam alinhados às metas plurianuais.
- (C) a LOA estabelece programas governamentais de duração continuada, autorizando despesas de caráter plurianual sem necessidade de previsão no PPA.
- (D) o PPA define metas anuais específicas, enquanto a LDO organiza exclusivamente a estrutura administrativa, sem impacto sobre a programação orçamentária.

**QUESTÃO 15**

O artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) define os princípios que orientam as contratações públicas e determina que toda atuação administrativa no âmbito das licitações deve observar parâmetros normativos voltados à integridade, à eficiência e ao controle. De acordo com esse dispositivo, a condução do processo licitatório deve ocorrer de forma que

- (A) admita exceções não previstas em lei, desde que justificadas pela conveniência administrativa.
- (B) permita flexibilização informal das etapas quando houver interesse imediato do gestor.
- (C) assegure julgamento por critérios objetivos, evitando decisões baseadas em preferências pessoais.
- (D) autorize tratamento favorecido a licitantes que possuam vínculos locais com o órgão contratante.

**QUESTÃO 16**

O artigo 17 da Lei nº 8.429/1992, integrante do Capítulo V, estabelece regras específicas para o processamento das ações de improbidade administrativa após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Segundo esse dispositivo, o ajuizamento da ação deve observar procedimento que

- (A) admite prosseguimento apenas quando demonstrados indícios mínimos de dolo na conduta.
- (B) elimina a fase de manifestação prévia do investigado, permitindo imediata citação.
- (C) permite responsabilização do agente público por mera irregularidade formal de natureza culposa.
- (D) dispensa o Ministério Público de apresentar documentos que embasam a acusação inicial.

**QUESTÃO 17**

Os artigos 10 a 14 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) disciplinam o procedimento de acesso à informação, estabelecendo direitos, prazos e obrigações para o trâmite dos pedidos. Já os artigos 23 a 27 tratam das hipóteses de restrição, incluindo sigilo e classificação de informações. Considerando simultaneamente esses dispositivos, o tratamento de um pedido de acesso ocorre mediante procedimento que

- (A) admite negativa automática quando a informação solicitada não estiver previamente disponibilizada no sítio eletrônico do órgão.
- (B) exige motivação expressa para eventual negativa, inclusive quando fundada em classificação de sigilo prevista em lei.
- (C) permite recusa imotivada nos casos em que o pedido dependa de análise de outro órgão da administração.
- (D) autoriza a prorrogação indefinida do prazo de resposta enquanto houver consulta a autoridade classificadora.

**QUESTÃO 18**

O artigo 23 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), do Capítulo IV, prevê condições específicas para o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público e determina que a utilização dessas informações deve ocorrer de forma adequada às finalidades legais. Considerando esse dispositivo, o tratamento de dados pessoais por órgãos e entidades públicas deve observar requisito que

- (A) dispensa a indicação da finalidade quando os dados forem utilizados para políticas públicas.
- (B) permite o compartilhamento irrestrito de informações entre entes federativos.
- (C) exige a compatibilidade entre a finalidade declarada e o interesse público envolvido.
- (D) autoriza a coleta ampliada de dados sensíveis sem base legal prévia.

**QUESTÃO 19**

O artigo 44 da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo, do Título III – Da Administração Municipal, estabelece que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional observará princípios específicos para orientar sua atuação. De acordo com esse dispositivo, a administração municipal deve atuar de acordo com o princípio que

- (A) admite sigilo administrativo como regra geral para proteção da atividade estatal.
- (B) exige publicidade dos atos, ressalvadas hipóteses legais de restrição.
- (C) autoriza preferência a agentes públicos por critérios pessoais de conveniência.
- (D) permite a adoção de normas internas sem observância de fundamento legal.

**QUESTÃO 20**

O artigo 62 da Lei nº 1.488/2010 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Senador Canedo) disciplina a licença para tratamento da própria saúde e determina condições específicas para sua concessão. Considerando esse dispositivo, a concessão dessa licença ocorre mediante procedimento administrativo que

- (A) admite avaliação informal realizada pelo superior imediato, independentemente de perícia.
- (B) permite afastamento imediato sem comprovação, quando declarado pelo próprio servidor.
- (C) transfere ao contratado particular a decisão sobre a aptidão funcional do servidor.
- (D) exige inspeção médica oficial destinada a verificar a capacidade laboral do servidor.

**POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL**

Questões de 21 a 30

**QUESTÃO 21**

Em processos educativos, a forma como o conhecimento é organizado orienta os modos de aprender e define o papel dos sujeitos nos espaços escolares. Nesse sentido, a ação pedagógica embasada por uma perspectiva crítica e que busca a formação humana em seu sentido abrangente será

- (A) a elaboração de atividades pontuais, voltadas ao alcance de metas operacionais previamente definidas.
- (B) a construção de sequência didática, estruturada de modo progressivo para favorecer a aprendizagem.
- (C) a aplicação de exercícios repetitivos, centrados na memorização de informações para possibilitar o conhecimento.
- (D) a realização de avaliações periódicas, destinadas ao cumprimento de rotinas institucionais.

**QUESTÃO 22**

No ambiente escolar, o uso de tecnologias da informação e comunicação pode reforçar formas de consumo padronizadas e acríticas ou criar possibilidades de reflexão e compreensão dos conteúdos midiáticos. Nesse cenário, caracteriza-se como prática educativa que busca possibilitar a formação crítica dos sujeitos na era digital

- (A) a seleção de recursos tecnológicos destinados à produção de conteúdos escolares.
- (B) a adoção de plataformas digitais destinadas ao controle do desempenho individual.
- (C) a produção de materiais didáticos digitais orientados por padrões de mercado.
- (D) a análise de diferentes produtos culturais veiculados nas mídias digitais.

**QUESTÃO 23**

A forma como a gestão é incorporada às práticas escolares define modos específicos de participação e pode contribuir para a manutenção das relações de poder ou para a construção coletiva de práticas democráticas. Nesse contexto, caracteriza uma gestão democrática a prática que

- (A) organiza a participação por meio de critérios discutidos coletivamente, orientando a distribuição das decisões.
- (B) alterna responsabilidades sem considerar a dinâmica do grupo, busca evitar concentrações de autoridade.
- (C) mantém regras previamente definidas como eixo exclusivo de funcionamento das interações cotidianas.
- (D) focaliza a condução das atividades na figura docente para assegurar previsibilidade nas rotinas diárias.

**QUESTÃO 24**

O Plano Nacional de Educação (PNE) consolida um marco de planejamento estratégico que orienta ações públicas de longo prazo para a garantia do direito à educação no Brasil. Em sua configuração normativa, o PNE está estruturado em

- (A) finalidades, competências, ações e indicadores.
- (B) diretrizes, objetivos, metas e estratégias.
- (C) princípios, parâmetros, eixos e dispositivos.
- (D) fundamentos, procedimentos, critérios e etapas.

**QUESTÃO 25**

As políticas educacionais implicam as elaborações curriculares que, por sua vez, indicam uma determinada forma e conteúdo de ensino. Nesse processo, a concepção que sintetiza a relação entre políticas educacionais, currículo e cultura é a que

- (A) compreende o currículo como produção social resultante de disputas que orientam a seleção dos conhecimentos.
- (B) compreende o currículo como um conjunto fixo de temas estruturados por critérios exclusivamente técnicos.
- (C) interpreta o currículo como ordenamento estável que reproduz práticas pedagógicas sem influências políticas.
- (D) interpreta o currículo como uma sequência neutra de conteúdos desvinculada das relações culturais.

**QUESTÃO 26**

A escola pública brasileira está vinculada à relação entre Estado e sociedade. Dessa relação decorrem as políticas educacionais que definirão as condições da formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Nesse contexto, as políticas educacionais que contribuem para o desenvolvimento profissional docente, tanto na formação inicial quanto na continuada, são aquelas que

- (A) implementam diretrizes voltadas à padronização da formação.
- (B) definem ações, decisões e programas de aligeiramento da formação.
- (C) lidam com a formação como processo de responsabilidade individual.
- (D) proporcionam condições concretas e efetivas de formação.

**QUESTÃO 27**

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) integra o sistema nacional de monitoramento da qualidade educacional e orienta a elaboração de políticas públicas a partir de seus resultados. O IDEB é aferido periodicamente em intervalo

- (A) anual, com atualização contínua dos resultados.
- (B) bienal, com divulgação regular a cada dois anos.
- (C) trienal, com consolidação dos dados em ciclos de três anos.
- (D) quadrienal, com apuração vinculada aos planos de gestão.

**QUESTÃO 28**

A BNCC orienta o planejamento de aulas ao definir as aprendizagens essenciais, que incluem competências e habilidades, que todos os estudantes devem desenvolver ao longo de suas trajetórias na educação básica. Em uma proposta de aula alinhada à BNCC, as atividades devem articular

- (A) conteúdos essenciais, situações práticas, interação orientada e reflexão do estudante.
- (B) explicação prolongada, atividades isoladas, controle docente e avaliação contínua.
- (C) memorização contínua, exercícios padronizados, repetição mecânica e sequência fixa.
- (D) exercícios funcionais, rotina rígida, atividades fragmentadas e avaliação classificatória.

**QUESTÃO 29**

O Fundeb, instituído pela Emenda Constitucional nº 108/2020 e regulamentado pela Lei nº 14.113/2020, constitui-se como um fundo de natureza contábil mantido pelos entes federados. De acordo com essa legislação, os recursos do Fundeb são aplicados prioritariamente

- (A) na construção de universidades e expansão do ensino superior.
- (B) na criação de programas federais de incentivo ao esporte escolar.
- (C) na remuneração dos profissionais da educação básica pública.
- (D) na manutenção de escolas privadas conveniadas de educação infantil.

**QUESTÃO 30**

Ações de inclusão e diversidade exigem condições institucionais que possibilitem acessibilidade, atendimento às necessidades específicas e participação equitativa dos estudantes. A garantia estrutural que viabiliza a implementação dessas ações corresponde

- (A) à definição pedagógica que orienta práticas inclusivas, ainda que não haja previsão de recursos ou suporte institucional.
- (B) à elaboração individual de materiais didáticos pelos professores com o suporte técnico do poder público.
- (C) à distribuição interna de responsabilidades docentes como alternativa ao investimento financeiro.
- (D) à previsão orçamentária destinada à manutenção, desenvolvimento e oferta de serviços e recursos de acessibilidade.

**QUESTÃO 31**

Foi sancionado o Projeto de Lei nº 2.205/2022, que altera a Lei nº 11.947/2009, marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A nova regra entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. A nova legislação traz avanços significativos para a execução do Programa, com destaque para duas medidas que visam fortalecer a qualidade nutricional da alimentação escolar e incentivar a agricultura familiar. Quais são elas?

- (A) Os gêneros alimentícios da agricultura familiar adquiridos no âmbito do PNAE deverão ser entregues com prazo de validade superior à metade do período entre a data de fabricação e a de vencimento. E o percentual mínimo de compra de alimentos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural será ampliado de 30% para 45%.
- (B) Os gêneros alimentícios, excetos da agricultura familiar, adquiridos no âmbito do PNAE deverão ser entregues com prazo de validade superior à metade do período entre a data de fabricação e a de vencimento. E o percentual mínimo de compra de alimentos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural será ampliado de 30% para 40%.
- (C) Os gêneros alimentícios da agricultura familiar adquiridos no âmbito do PNAE deverão ser entregues com prazo de validade superior à metade do período entre a data de fabricação e a de vencimento. E o percentual mínimo de compra de alimentos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural será ampliado de 30% para 50%.
- (D) Os gêneros alimentícios, excetos da agricultura familiar, adquiridos no âmbito do PNAE deverão ser entregues com prazo de validade superior à metade do período entre a data de fabricação e a de vencimento. E o percentual mínimo de compra de alimentos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural será ampliado de 30% para 45%.

**QUESTÃO 32**

A circunferência do pescoço (CP) pode ser utilizada tanto como triagem para detecção de adultos com excesso de peso quanto como marcador de adiposidade central e morbidade. Isso se deve ao fato de o acúmulo de gordura nessa região estar associado ao maior risco de

- (A) doenças cardiovasculares, infarto do miocárdio, hipertensão arterial, hiperglicemia e síndrome da apneia obstrutiva do sono.
- (B) doenças cardiovasculares, infarto do miocárdio, altas concentrações de LDL-colesterol, hiperglicemia e síndrome da apneia obstrutiva do sono.
- (C) doenças cardiovasculares, infarto do miocárdio, altas concentrações de LDL-colesterol, hipertensão arterial e síndrome da apneia obstrutiva do sono.
- (D) doenças cardiovasculares, infarto do miocárdio, altas concentrações de LDL-colesterol, hipertensão arterial, hiperglicemia e síndrome da apneia obstrutiva do sono.

**QUESTÃO 33**

De acordo com a Sociedade Brasileira de Cardiologia, a síndrome metabólica (SM) é um transtorno complexo representado por um conjunto de fatores de risco cardiovascular usualmente relacionados à deposição central de gordura e à resistência à insulina. Os critérios diagnósticos mais comuns para a SM são:

- (A) circunferência da cintura para homens  $\geq 102$  cm e mulheres  $\geq 88$  cm, triglicerídeos  $\geq 150$  mg/dL, HDL-c para homens:  $\leq 35$  mg/dL e para mulheres  $\leq 45$  mg/dL, glicemia de jejum aumentada  $\geq 110$  mg/dL e hipertensão arterial 120–139 e/ou 80–89 mmHg.
- (B) circunferência da cintura para homens  $\geq 102$  cm e mulheres  $\geq 88$  cm, triglicerídeos  $\geq 150$  mg/dL, HDL-c para homens:  $\leq 35$  mg/dL e para mulheres  $\leq 45$  mg/dL, glicemia de jejum aumentada  $\geq 100$  mg/dL e hipertensão arterial 120–139 e/ou 80–89 mmHg.
- (C) circunferência da cintura para homens  $\geq 102$  cm e mulheres  $\geq 88$  cm, triglicerídeos  $\geq 150$  mg/dL, HDL-c para homens:  $< 40$  mg/dL e para mulheres  $< 50$  mg/dL, glicemia de jejum aumentada  $\geq 110$  mg/dL e hipertensão arterial  $\geq 130$  e/ou diastólica  $\geq 85$  mmHg.
- (D) circunferência da cintura para homens  $\geq 102$  cm e mulheres  $\geq 88$  cm, triglicerídeos  $\geq 150$  mg/dL, HDL-c para homens:  $< 40$  mg/dL e para mulheres  $< 50$  mg/dL, glicemia de jejum aumentada  $\geq 100$  mg/dL e hipertensão arterial  $\geq 130$  e/ou diastólica  $\geq 85$  mmHg.

**QUESTÃO 34**

Na avaliação do estado nutricional, os marcadores bioquímicos apresentam características específicas quanto à sua aplicabilidade clínica, sensibilidade e limitações. Os marcadores bioquímicos têm como características:

- (A) a creatinina urinária é um marcador de massa muscular. Utilizado na insuficiência renal e na fase aguda pós-traumática, além de ser influenciado por atividade física intensa e ingestão de carnes da dieta.
- (B) a proteína plasmática, cuja diminuição da concentração sérica das proteínas de síntese hepática indica diminuição da biossíntese hepática em virtude do limitado suprimento de substrato energético e proteico.
- (C) o balanço nitrogenado muito utilizado em pacientes com doenças renais ou que apresentem perdas anormais de nitrogênio decorrentes da presença de diarreia ou fístulas gastrintestinais.
- (D) a albumina muito utilizada na prática clínica com vida média longa e com alta sensibilidade às variações do estado nutricional. Proteína de fase aguda negativa na presença de inflamação e infecção.

**QUESTÃO 35**

No curso da Doença Renal Crônica, as alterações nos parâmetros bioquímicos e hematológicos caracterizam-se por:

- (A) as concentrações plasmáticas de sódio, potássio, cálcio e fósforo permanecem normais ou muito próximas do normal até os estágios mais avançados da doença.
- (B) nos estágios iniciais da doença, pode ocorrer elevação plasmática de potássio, fósforo e paratormônio (PTH) e redução do calcitriol.
- (C) a albumina se mantém estável apesar da síndrome nefrótica, inflamação crônica e desnutrição que podem ocorrer no curso da doença.
- (D) o aumento na concentração da hemoglobina também é comumente observado principalmente em consequência da elevação da produção de eritropoietina.

**QUESTÃO 36**

Os protocolos de atendimento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) se destinam a todas as fases da vida, abrangendo crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes. Nesse sentido, são protocolos do SISVAN para a classificação do estado nutricional de

- (A) adolescentes (idade entre 10 e 20 anos incompletos) – são adotados os seguintes índices antropométricos: peso para a idade, IMC para a idade e estatura para a idade.
- (B) adultos (idade entre 20 e 60 anos incompletos) – são adotados os seguintes índices antropométricos: peso para a idade, IMC e circunferência da cintura.
- (C) idosos (idade igual ou maior do que 60 anos) – é adotado o seguinte índice antropométrico: IMC.
- (D) crianças (idade entre 5 e 10 anos incompletos) – é adotado o seguinte índice antropométrico: peso para estatura.

**QUESTÃO 37**

Que ações são importantes para a promoção da alimentação saudável e a segurança alimentar e nutricional no espaço coletivo segundo o Caderno da Atenção Básica do Ministério da Saúde?

- (A) Minimizar a intervenção da vigilância sanitária nas ações e eventos de promoção da alimentação saudável.
- (B) Promover eventos em parceria com produtores e comerciantes locais, visando fomentar a alimentação saudável, por meio da produção e consumo de alimentos regionais.
- (C) Dispensar a formação de grupos comunitários ou inserção nos já existentes de discussão sobre segurança alimentar e nutricional.
- (D) Supervisionar e apoiar a desmobilização de grupos e eventos de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos relacionados com a alimentação e nutrição.

**QUESTÃO 38**

O art. 17 da Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, afirma que compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, a atribuição de

- (A) promover e executar ações de saneamento básico nos estabelecimentos escolares sob sua responsabilidade.
- (B) divulgar pela lei da transparência informações acerca do quantitativo de recursos financeiros recebidos para execução do PNAE quando requerido.
- (C) receber do CAE, na forma e no prazo estabelecidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE, o relatório anual de gestão do PNAE.
- (D) garantir que a oferta da alimentação escolar se dê em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos, durante o período letivo e férias.

**QUESTÃO 39**

Na elaboração de cardápios em Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), considerando os princípios de adequação ao público atendido, complexidade das preparações e custo operacional, observa-se que

- (A) o recomendado é introduzir cerca de dois “pratos novidade” diariamente.
- (B) os cardápios do tipo médio apresentam preparações com pouca complexidade e custo menor.
- (C) às segundas-feiras usar preparações que necessitem de pré-preparo quando a unidade fecha aos domingos.
- (D) o cardápio liberal apresenta preparações sofisticadas.

**QUESTÃO 40**

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, no 5º ano de Ciências, uma unidade temática que compõe o aprendizado é vida e evolução. Nela, o objeto de conhecimento é a nutrição do organismo, hábitos alimentares e integração entre os sistemas digestório, respiratório e circulatório. São habilidades dessa unidade temática

- (A) identificar os principais usos da água e de outros materiais nas atividades cotidianas para discutir e propor formas sustentáveis de utilização desses recursos.
- (B) selecionar argumentos que justifiquem a importância da cobertura vegetal para a manutenção do ciclo da água.
- (C) discutir a ocorrência de distúrbios nutricionais (como obesidade, subnutrição etc.) entre crianças e jovens a partir da análise de seus hábitos.
- (D) construir propostas coletivas para um consumo mais consciente e criar soluções tecnológicas para o descarte adequado e a reutilização ou reciclagem de materiais consumidos.

**QUESTÃO 41**

Segundo o Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que institui o Programa Saúde na Escola (PSE), em seu art. 4º, as ações em saúde previstas no âmbito do PSE considerarão a atenção, promoção, prevenção e assistência, e serão desenvolvidas articuladamente com a rede de educação pública básica e em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS, podendo compreender, entre outras, as ações de

- (A) inclusão das temáticas de educação em saúde nas escolas.
- (B) avaliação clínica e pequenas cirurgias.
- (C) avaliação nutricional e distribuição de suplementos.
- (D) promoção da alimentação saudável e distribuição de alimentos orgânicos.

**QUESTÃO 42**

As boas práticas de fabricação servem para garantir a qualidade dos alimentos e, conseqüentemente, a saúde do consumidor. A partir das boas práticas, são adotados procedimentos corretos que devem ser seguidos para a produção de refeições em restaurantes. Essas práticas envolvem diversas etapas/operações, como

- (A) pré-preparo: etapa na qual os alimentos recebem tratamento e devem atingir no mínimo 74°C no centro geométrico ou combinações de temperatura e tempo conforme legislação.
- (B) resfriamento: etapa na qual os alimentos passam da temperatura de congelamento para até 5°C, sob refrigeração ou em condições controladas conforme legislação.
- (C) armazenamento das preparações: etapa em que são recebidas as matérias-primas, avaliando-as qualitativa e quantitativamente conforme a legislação.
- (D) armazenamento a seco, sob refrigeração e sob congelamento: etapa em que os gêneros são armazenados, segundo padrões estabelecidos conforme a legislação.

**QUESTÃO 43**

As dietas veganas, por excluírem totalmente alimentos de origem animal, não fornecem fontes naturais de vitamina B12 e podem apresentar baixas quantidades de cálcio, vitamina D, zinco, ferro e ácidos graxos ômega-3 de cadeia longa. Assim, seus adeptos podem desenvolver, respectivamente, deficiências características desses nutrientes, como

- (A) anemia microcítica, câibras musculares, aumento da susceptibilidade a infecções, anorexia, anemia macrocítica e supressão da proteína C reativa ultrasensível.
- (B) anemia macrocítica, câibras musculares, aumento da susceptibilidade a infecções, anorexia, anemia microcítica e silenciamento da transcrição dos genes pró-inflamatórios.
- (C) comprometimento do crescimento e da cicatrização, câibras musculares, aumento da susceptibilidade a infecções, anorexia, anemia microcítica e silenciamento da transcrição dos genes pró-inflamatórios.
- (D) comprometimento do crescimento e da cicatrização, aumento da susceptibilidade a infecções, câibras musculares, anorexia, anemia microcítica e silenciamento da transcrição dos genes pró-inflamatórios.

**QUESTÃO 44**

Alguns nutrientes são essenciais para o adequado desenvolvimento do sistema nervoso central nos períodos fetal e neonatal. Entre esses nutrientes, destacam-se aqueles que exercem funções estruturais e metabólicas no cérebro, como:

- (A) zinco, como cofator em enzimas que medeiam proteínas e bioquímica nucleica, crescimento, expressão gênica, neurotransmissores, afetando especialmente cerebelo, sistema límbico, córtex cerebral, lobo temporal e lobo frontal.
- (B) ácidos graxos poli-insaturados, como estruturas neuronais e gliais fundamentais para a produção de peptídeos neurotransmissores, especialmente no cerebelo, hipocampo e córtex cerebral.
- (C) vitamina A, responsável pela metilação, mielina, neurotransmissores, afetando especialmente hipocampo, septo, corpo estriado, neocórtex anterior e neocórtex posterior médio.
- (D) ferro, responsável pela formação de membrana celular, mielina, sinaptossomas, comunicação intracelular, transdução de sinal, mielinização, dendritogênese, sinaptogênese e neurotransmissão.

**QUESTÃO 45**

A Resolução CD/FNDE nº 3, de 4 de fevereiro de 2025, altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa resolução estabelece que

- (A) no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) dos recursos no âmbito do PNAE em 2025 sejam destinados à aquisição de alimentos *in natura* ou minimamente processados.
- (B) a entidade executora deverá executar, no mínimo 40% (quarenta por cento), na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, não podendo ser obtida de outras regiões, mas oriundos de grupo de projetos de fornecedores locais.
- (C) é recomendável que o número de diferentes tipos de alimentos *in natura* ou minimamente processados adquiridos anualmente pelos municípios seja de no mínimo 50% (cinquenta por cento).
- (D) das aquisições de gêneros alimentícios da Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor adquirido deverá ser em nome do chefe da família (homem ou mulher), comprovado por nota fiscal de venda.

**QUESTÃO 46**

A Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Essa resolução estabelece que

- (A) líquidos lácteos com aditivos ou adoçados sejam oferecidos no máximo uma vez por mês em unidades escolares que ofertam alimentação escolar em período parcial e, no máximo, duas vezes por mês em unidades escolares que ofertam alimentação escolar em período integral.
- (B) em unidades escolares que ofertam alimentação escolar em período integral, os cardápios devem ofertar, obrigatoriamente, no mínimo 520g/estudantes/semana de frutas *in natura* e/ou bebidas à base de frutas, legumes e verduras.
- (C) é recomendada a inclusão de alimentos fonte de ferro heme no mínimo 4 (quatro) dias por semana nos cardápios escolares. No caso de alimentos fonte de ferro heme, estes devem ser acompanhados de facilitadores da sua absorção, como alimentos fonte de vitamina C.
- (D) preparações regionais como doces sejam ofertadas no máximo duas vezes por mês em unidades escolares em período parcial. Já em unidades escolares que ofertam alimentação escolar em período integral, a oferta é livre.

**QUESTÃO 47**

Considerando as alterações fisiológicas que ocorrem com o envelhecimento e suas implicações nas necessidades nutricionais, qual recomendação é adequada para a população idosa?

- (A) As necessidades em zinco se tornam relativamente altas, recomendando-se para homens < 11 mg e para mulheres < 8 mg.
- (B) As necessidades em lipídios devem ser restritivas (< 20% da energia total), pois a doença cardíaca é um diagnóstico comum.
- (C) As necessidades de cálcio diminuem acompanhando a diminuição da absorção, portanto recomenda-se < 1.200 mg.
- (D) As necessidades proteicas sugeridas são de 1,0 a 1,2 g/kg. Mesmo assim, a ingestão de proteínas não deve ser aumentada rotineiramente.

**QUESTÃO 48**

Os principais exames laboratoriais utilizados na avaliação nutricional apresentam características específicas quanto à utilidade clínica e às suas limitações, especialmente quando analisados em diferentes condições clínicas, como:

- (A) o nitrogênio urinário total reflete catabolismo total de proteína. Adequado na insuficiência renal apesar de ser influenciado por extravasamento de ferida, perdas celulares ou diarreia.
- (B) a albumina sofre uma diminuição aguda dos níveis em estados inflamatórios agudos e geralmente está associada à níveis normais de zinco, ferro e vitamina A.
- (C) a transferrina está aumentada na vigência de baixas reservas de ferro o que impede o acúmulo. E está diminuída na doença crônica e na hipoproteïnemia.
- (D) a proteína ligante de retinol apresenta baixa sensibilidade à resposta ao estresse e às deficiências de vitamina A e de zinco.

**QUESTÃO 49**

As Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) envolvem diferentes mecanismos patogênicos e podem ser classificadas, entre outros critérios, em infecções e intoxicações, de acordo com o agente envolvido e o mecanismo de ação, como:

- (A) a intoxicação química pode ser do tipo adicionada, como é o caso das micotoxinas, aminas biogênicas e toxinas de algas.
- (B) as intoxicações não bacterianas podem ser decorrentes de agrotóxicos ou fungos, envolvendo ação química direta do próprio agente sobre tecidos ou órgãos específicos.
- (C) as infecções são causadas pela ingestão de microrganismos patogênicos, podendo ser de dois tipos sem que nenhum dos dois prevaleçam.
- (D) um dos tipos de infecção é provocada por microrganismo invasivos, cujo quadro clínico é provocado por toxinas liberadas quando estes se multiplicam.

**QUESTÃO 50**

O art. 95 da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo estabelece diretrizes para as ações de proteção à infância e à juventude. Uma dessas diretrizes diz respeito:

- (A) à centralização do atendimento para facilitar as ações.
- (B) à participação da sociedade na formulação de políticas e programas.
- (C) ao atendimento prioritário independente da situação de risco.
- (D) aos vínculos familiares e comunitários que devem ser evitados.

**RASCUNHO**

## PROVA DISCURSIVA

### Questão 01

---

Com base nas atribuições obrigatórias do nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), descritas na Lei nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, discorra sobre como o profissional deve operacionalizar essas atribuições na prática.

**(100 pontos)**

# FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30